

África do Sul publica proposta para banir pornografia na Internet e em Celulares

South Africa Daily Business Day, a 27 de Maio [Escrito por Chantelle Benjamin]

Regulamentos, com vista a banir a pornografia na Internet e em Celulares devem ser cedidos à Comissão da Reforma da Lei pelo Vice-Ministro da Administração Interna Malusi Gigaba, junto com outras recomendações que visem a prevenção ao acesso à pornografia. Gigaba, que abordou a comissão em Setembro, para examinar a proibição da pornografia na televisão, na Internet e em Celulares, ontem aceitou recomendações da Aliança da Justiça da África do Sul (JASA) sobre uma Proposta de Lei sobre a pornografia na Internet e em Celulares que considera que a pornografia se infiltrou a nível dos provedores destes serviços.

O anúncio do departamento diz que a proibição da pornografia nestes meios de comunicação foi conseguida com sucesso nos Emiratos Árabes Unidos e no Iémen, enquanto a Austrália e Nova Zelândia estão a ponderar, no presente, uma acção similar.

O Departamento de Administração Interna tem um papel de fazer a supervisão da Comissão de Filmes e Publicações e Gigaba já tinha manifestado a sua preocupação acerca da ligação entre a pornografia e o abuso da criança e mulheres. Em Dezembro do ano passado num workshop para líderes políticos em Eastern Cape, Gigaba criticou a publicidade e meios de comunicação que exploram o sexo e que expõem neles crianças e a televisão por levar tais práticas para dentro de lares familiares. Ele criticou também os provedores de serviços de telemóveis por “facilitarem o acesso” de crianças à pornografia.

O argumento é de que o Decreto sobre Filmes e Publicações provê a proibição na pornografia infantil, enquanto a Proposta de Lei para a Internet e Celulares prove a proibição total da pornografia nestes canais electrónicos, usando uma definição mais abrangente de pornografia já disponível no Decreto sobre Ofensas Sexuais.

John Smyth, director da JASA, disse que as recomendações estão em sintonia com a Constituição e há um conhecimento técnico suficiente para que os provedores de serviços implementem medidas de controlo.

"Há decisões suficientes no Tribunal Constitucional quando se trata de assuntos relacionados com pornografia e crianças, os direitos das crianças recobrem o direito à liberdade e à privacidade", disse. "A Constituição reconhece que os pais têm a obrigação proteger os seus filhos e, quando estes falham, tal torna-se uma obrigação do estado."

Arthur Goldstuck, chefe de Worx a nível mundial e perito em Internet e Celulares, ontem questionou se seria simplesmente uma questão de aplicação da tecnologia. "As exigências de filtrar qualquer tipo específico de comunicação são imensas," disse. "Tal filtragem, só é tecnicamente e praticamente exequível num ambiente totalitário onde o estado tem todo o controle sobre os meios de telecomunicações."

William Bird da Media Monitoring Africa, que zela em particular pela representação da criança nos meios de comunicação, criticou igualmente a proposta, dizendo que enquanto as intenções forem só palavras será um retrocesso. A Proposta não teve em conta a transmissão interindividual de material pornográfico através de meios como a MIXIT", disse ele. "Seria mais benéfico criar um fórum para discutir e lidar criticamente com material pornográfico e permitir que as crianças dissessem o que e por que lhes faz sentir desconfortáveis e que estereótipos são descritos," disse. Acrescentou, que uma Linha da Criança teve muito

sucesso na MIXIT ao criar um fórum aberto onde as crianças possam falar.

Bird disse que China gastou milhões tentando controlar o Internet e que não foi bem sucedida.

As oito páginas submetidas pela Aliança de Justiça de África do Sul (JASA), sublinhando a constitucionalidade de uma proibição total da pornografia, estarão disponíveis na sua Pagina da Internet (Website).

Fonte: *Business Day* website, Joanesburgo, em Inglês, 27 de Maio de 2010

BBC Mon MD1 Media FMU AF1 AfPol amdc